


* Docente-pesquisador do Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Campanha) e vice-diretor da mesma Instituição (gestão 2021-2025). Doutorando em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), com bolsa CAPES. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Licenciado em Filosofia pela UEMG Campanha. Bacharel em Teologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Especialista em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR). Especialista em Doutrina Social da Igreja pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Membro do Grupo de Pesquisas e Estudos em Filosofia da Educação (GRUPEFE, CNPq, UNINOVE).

E-mail: elvismessias.prof@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5395-1964>

Recebido em 08/09/2022

Aprovado em 24/10/2022

A PASTORAL OPERÁRIA NO BRASIL

Uma descrição a partir da Doutrina Social da Igreja sobre as pastorais sociais

THE WORKERS' PASTORAL IN BRAZIL

A description from the Social Doctrine of the Church in the Social Pastorals

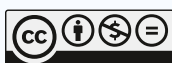
LA PASTORAL OPERÁRIA EN BRASIL

Una descripción según la Doctrina Social de la Iglesia sobre la pastoral social

*Elvis Rezende Messias**

Resumo: Apresentar uma descrição da Pastoral Operária (PO) no Brasil, destacando os seus aspectos marcadamente inspirados pela Doutrina Social da Igreja (DSI), é o objetivo geral deste artigo. A pesquisa fundamenta-se em dados documentais/bibliográficos a partir do ponto de vista da Igreja Católica e, secundariamente, também intenta contribuir para que o objeto estudado seja mais conhecido e compreendido dentro do âmbito mais abrangente do que hoje se chama de pastoral social. O caminho expositivo-reflexivo aqui trilhado apresentará, de início, uma caracterização geral das pastorais sociais segundo a DSI. Em seguida, busca-se compreender a identidade, a organização estrutural geral e as prioridades da PO elencadas pela atual coordenação nacional, sobretudo na perspectiva da sua reorganização em terras brasileiras. Por fim, serão expostas as campanhas mais conhecidas da PO no Brasil.

Palavras-chave: Pastoral social. Pastoral operária. Doutrina Social da Igreja.



Abstract: The general purpose of this article is to present a description of the Workers' Pastoral in Brazil, highlighting its aspects markedly inspired by the Social Doctrine of the Church. The research is based on documentary and bibliographic data from the point of view of the Catholic Church and, secondarily, it also tries to contribute so that the studied object is better known and understood within the broader scope of what is today called as Social Pastoral. The expository-reflective path trodden here will present, at first, a general characterization of the social pastorals according to the Social Doctrine of the Church. Then, an attempt is made to understand the identity, the general structural organization and the priorities of the Workers' Pastoral listed by the current national coordination, especially from the perspective of their reorganization in Brazilian lands. Finally, the best-known Workers' Pastoral campaigns in Brazil will be exposed.

Keywords: Social Pastoral. Workers' Pastoral. Social Doctrine of the Church

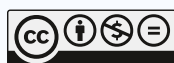
Resumen: Presentar una descripción general de la Pastoral Operária (PO) en Brasil, destacando sus aspectos marcadamente inspirados en la Doctrina Social de la Iglesia (DSI), es el objetivo general de este artículo. La investigación parte de datos documentales/bibliográficos desde el punto de vista de la Iglesia Católica y, secundariamente, también pretende contribuir a que el objeto de estudio sea mejor conocido y comprendido en el ámbito más amplio de lo que actualmente se denomina pastoral social. El camino expositivo-reflexivo aquí recorrido presentará inicialmente una caracterización general de las pastorales sociales según la Doctrina Social de la Iglesia. Después de eso, busca comprender la identidad, la organización estructural general y las prioridades de la PO enumeradas por la actual coordinación nacional, especialmente en la perspectiva de su reorganización en tierras brasileñas. Finalmente, se expondrán las campañas de la PO más conocidas en Brasil.

Palabras-clave: Pastoral social. Pastoral operária. Doctrina Social de la Iglesia.

INTRODUÇÃO

A Pastoral Operária é uma importante pastoral social da Igreja. Se compreendida à luz da DSI, sua importância se destaca ainda mais, uma vez que o tema da “condição dos operários” é central nessa Doutrina e está na gênese de seu desenvolvimento.

Em 15 de maio de 1891 o papa Leão XIII tornava pública a encíclica *Rerum novarum* (RN), que tomava, justamente, a situação do operariado europeu do século XIX como a questão social que interpelava o Magistério da Igreja a refletir seriamente e a oferecer soluções humanamente dignas para os conflitos em jogo, à luz do Evangelho.



A situação contextual já não era mais aquela marcadamente rural, pois os tempos eram outros, bem mais dinâmicos, decorrentes da efervescência industrialista urbana que produziu, especialmente para os operários, uma profunda “situação de infortúnio e de miséria imerecida” que os colocou “à mercê de senhores desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada” (RN 2).

Ocorreram muitas greves, mobilizações e revoltas políticas e sociais na França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Bélgica, Prússia e territórios de colônias e ex-colônias, a partir das quais as pessoas buscavam melhores condições de trabalho e de vida. Muitas soluções eram buscadas, diversos movimentos surgiram para combater a desumanidade do capitalismo, mas nem sempre tais soluções pareciam compatíveis com a doutrina católica, tais como aquelas que propugnavam a violência e a destruição de máquinas e indústrias ou a luta de classes, a supressão da propriedade privada e a ditadura proletária.

Segundo Souza,

Na Europa, a massa de operários criada pela Revolução Industrial constituía a nova multidão dos chamados proletários. [...] o proletário é o cidadão pobre que só tem para viver a remuneração, muitas vezes insuficiente por nem sequer chegar ao mínimo vital da sua força de trabalho. [...] Cedo o proletário empurra os filhos para a fábrica, de modo a aumentar o rendimento familiar. A sua vida decorre na fábrica, no cortiço e no botequim. O trabalho é duro e excessivo, a alimentação é sempre insuficiente, a habitação, onde se alojam em condições insalubres autênticas colmeias de gente, é miserável e o botequim será lugar de refúgio de milhares de operários, onde se pode desafogar o peso de uma existência miserável. Todas essas condições determinam uma elevada mortalidade. [...] Os camponeses, forçados por situações de penúria, abandonam o meio rural onde sempre viveram [...]. Dessa forma aumenta desmesuradamente a camada do proletariado. Nesse novo lugar geográfico não encontram qualquer estrutura pastoral da Igreja. Era diferente em seus povoados e aldeias. As paróquias urbanas não chegam aos subúrbios, de modo que o novo proletariado se torna elemento fácil para as doutrinações anarquistas e marxistas.¹

Como se vê, essa realidade exigiu da Igreja uma especial resposta pastoral. Ela entendia, cada vez mais, que não poderia ficar indiferente a tal situação e, nos dizeres de Leão XIII, “calarmo-nos seria, aos olhos de todos, trair o nosso dever” (RN 10).

Sobre isso, assim se expressa o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (CDSI), elaborado pelo então Pontifício Conselho “Justiça e Paz” e publicado no ano de 2004:

Destinatária da mensagem da Igreja fora por séculos uma sociedade de tipo agrário, caracterizada por ritmos regulares e cíclicos; agora o Evangelho deveria ser anunciado e vivido num novo areópago, no tumulto dos acontecimentos sociais de uma sociedade mais dinâmica [...] No centro da solicitude pastoral da Igreja impunha-se mais e mais urgentemente a questão operária, ou seja, o problema da exploração dos trabalhadores, consequência da nova organização industrial do trabalho, de matriz capitalista, e o problema, não menos grave, da instrumentalização ideológica, socialista e comunista, das justas reivindicações do mundo do trabalho. No seio desse horizonte histórico se colocam as reflexões e as advertências da Encíclica “*Rerum novarum*” de Leão XIII (CDSI 267).

Ora, naquele quadro da Modernidade² a Igreja reconhece que especialmente “os acontecimentos ligados à revolução industrial subverteram a secular organização da

11 Ney de SOUZA. Aspectos das raízes da Doutrina Social da Igreja. In: Ronaldo ZACHARIAS; Rosana MANZINI (Orgs.). *Magistério e Doutrina Social da Igreja: continuidade e desafios*. São Paulo: Paulinas, 2016. p. 36-37.

2 Terminologia consagrada pela historiografia recente que se refere a um conjunto de transformações que caracteriza a história econômico-social da humanidade, englobando tanto a Idade Moderna (séculos XV a XVIII) quanto a Idade Contemporânea (séculos XVIII aos dias atuais).

sociedade, levantando graves problemas de justiça e pondo *a primeira grande questão social, a questão operária*, suscitada pelo conflito entre capital e trabalho” (CDSI 88. Itálicos nossos). Como se vê, a situação do operariado se tornou a questão social da qual a Igreja por primeiro se ocupou no contexto do que hoje se chama de sua Doutrina Social, especialmente a partir da encíclica leonina *Rerum novarum*³.

Diversas atuações assistenciais católicas apareceram nesse contexto do século XIX, algumas antes mesmo da *Rerum novarum*, como raízes especiais da DSI. Como expressa Souza, “não faltavam numerosíssimas iniciativas no campo da caridade, entendidas principalmente como assistência ao pobre. Inegavelmente encontram-se obras que revelam uma grande generosidade e abnegada dedicação”, e exemplifica⁴: a fundação, por Frederico Ozanan, da Sociedade São Vicente de Paulo em 1833; a fundação, por Conde Albert de Mun, dos Círculos Católicos de Operários em 1871; iniciativas, como as de León Harmel, de cooperação de operários nas direções fabris e de condução cristã das fábricas pelos patrões que culminou com a criação do chamado Conselho de Usina em 1909, com raízes de sindicalismo cristão; a organização, por Pe. Adolph Kolping, de associações católicas de operários alemães em 1849; a fundação, por Dom Bosco, da Sociedade de São Francisco de Sales em 1859; a fundação, por Franz Hitze e Ludwig Windthorst, da associação católica de trabalhadores *Volksverein* em 1890. Além disso, vale destaque também para a publicação da obra *A questão operária e o cristianismo*, de 1864, por Dom Wilhelm Emmanuel von Ketteler, e os posicionamentos críticos de Hugo Félicité de Lamennais, Jean-Baptiste Henri-Dominique Lacordaire, Dom De Bonald, Dom Giraud, dentre outros.

Segundo Souza⁵, há nas obras sociais, intelectuais e pastorais desses católicos preocupações de ordem moral que se expressam em “um real protesto social que, no decorrer de anos, ganha força e extensão. São essas e muitas outras as inspirações que estarão na encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, iniciando a Doutrina Social da Igreja”.

Tendo, então, esse pano histórico e pastoral de fundo, o presente trabalho objetiva apresentar uma descrição da Pastoral Operária no Brasil a partir de dados documentais/bibliográficos de pesquisa, destacando os seus aspectos marcadamente inspirados pela DSI, com o intuito de contribuir para que seja mais conhecida e compreendida no âmbito mais abrangente da pastoral social. É importante que fique claro que o ponto de vista epistemológico-metodológico aqui adotado toma como base um recorte analítico a partir de documentos e bibliografias conforme a perspectiva da própria Igreja Católica, não sendo - por limitação de espaço em um trabalho como esse e por um caráter mais

3 Ainda sobre a *Rerum novarum*, seu contexto e seus posicionamentos diante dos movimentos de contestação ao capitalismo surgidos ao longo do século XIX, é importante ficar claro que essa encíclica “condena o socialismo como ‘solução’, como ‘remédio’ (cf. RN 3). Ou seja, antes do mal do socialismo havia já o mal do capitalismo liberal, que estava expresso exatamente nas condições deploráveis dos operários de então. Tanto um quanto outro é o pano contextual de fundo que leva Leão XIII a escrever sua encíclica social. [...] Aclaramentos sobre isso foram acontecendo no decorrer do desenvolvimento da DSI nesses últimos 130 anos, mas já são deduzíveis da própria encíclica leonina. Falando sobre a *Rerum novarum*, o papa São João XXIII afirmou na encíclica *Mater et magistra* (MM) que ‘tanto a concorrência de tipo liberal como a luta de classes no sentido marxista são contrárias à natureza e à concepção cristã da vida’ (MM 22)” (MESSIAS, 2021a, s/p). Vale ainda considerar o que pondera Josaphat (2002, p.56), que diz que “a ênfase na condenação do erro, quando não acompanhada de uma formação positiva do senso da justiça, que a luta de classes envenenara, tem sido ou pode ser ocasião de equívoco para a mentalidade do homem comum. Dir-se-á de maneira global: ‘O comunismo espalha e fomenta a luta de classes, a desarmonia social, a desordem e a anarquia’; ‘O cristianismo prega o amor, a harmonia e a colaboração entre as classes, a manutenção da ordem e a paz social’. Essa oposição simplista pode levar à omissão ou ao esquecimento de uma das exigências do amor cristão: sua condenação ativa do mal sob todas as suas formas [...] A paz que o cristianismo prega e tende a instaurar não é aceitação de qualquer situação estabelecida; ela resulta da ordem, fundada na justiça”.

4 Ney de SOUZA. Aspectos das raízes da Doutrina Social da Igreja. In: Ronaldo ZACHARIAS; Rosana MANZINI (Orgs.). *Magistério e Doutrina Social da Igreja: continuidade e desafios*. São Paulo: Paulinas, 2016. p.44-48.

5 Ney de SOUZA. Aspectos das raízes da Doutrina Social da Igreja. In: Ronaldo ZACHARIAS; Rosana MANZINI (Orgs.). *Magistério e Doutrina Social da Igreja: continuidade e desafios*. São Paulo: Paulinas, 2016. p.48-49.

introdutório e descritivo aqui escolhido - mobilizadas críticas internas e externas mais amplas por diferentes atores dentro e fora da própria Igreja⁶.

À vista do exposto, trilharemos um caminho expositivo-reflexivo que, inicialmente, apresentará uma caracterização geral das pastorais sociais conforme a compreensão da DSI sobre elas para, em seguida, compreender a identidade e a organização geral da PO em nosso país, suas prioridades elencadas pela atual coordenação nacional, sobretudo na perspectiva da sua reorganização em terras brasileiras, e, por fim, serão expostas as campanhas mais conhecidas da PO no Brasil.

1 CARACTERIZAÇÃO DAS PASTORAIS SOCIAIS NA DOCTRINA SOCIAL

A Igreja não é ministra de uma salvação meramente abstrata ou de uma dignidade só da alma (EN⁷ 31), mas do ser humano em sua totalidade, “todos os homens e o homem todo” (PP⁸ 14). Ela tem o direito e o dever de fecundar e fermentar a sociedade mesma com o Evangelho (CDSI 62.64.69-71). De fato, o Evangelho tem profunda incidência social⁹, nada lhe é alheio (CDSI 66), “a posição cristã não é cômoda, porque é integral. Abraça todos os dados do problema”¹⁰ (assim como a própria Trindade é comunhão de Pessoas e a ação redentora de Jesus Cristo, singularmente iniciada no mistério da encarnação (CDSI 65), é interpeladora socialmente de modo íntimo e inevitável: “Ele é em pessoa a Doutrina Social de Deus”.¹¹

Nesse sentido, a Igreja também tem uma doutrina social e atua socialmente na competência que lhe é própria, ou seja, não a da técnica nem a da proposição de regimes sócio-político-econômicos, mas a do anúncio de Jesus e da redenção e libertação por ele trazidas (CDSI 68). Como tal, a atuação da Igreja é marcadamente a de pastoreio, de cuidado pastoral. Daí que, dentre suas atividades pastorais, ocupam especial lugar de importância as chamadas pastorais sociais.

O pastoreio social da Igreja é iluminado, em sua articulação, natureza, enfoque e desenvolvimento, pela Doutrina Social, que compreende a pastoral social como “a expressão viva e concreta de uma Igreja plenamente consciente da própria missão evangelizadora das realidades sociais, econômicas, culturais e políticas do mundo” (CDSI 524). Ora, essa dimensão pastoral revela um elevado grau de maturidade da Igreja no que tange à sua autoconsciência, à consciência clara da abrangência de seu chamado e de sua identidade, bem como da compreensão que a fé cristã “torna-se luz para iluminar as relações sociais” (GS¹² 40).

Na *Evangelii gaudium* (EG), o Papa Francisco afirmou que “o querigma possui um conteúdo inevitavelmente social: no próprio coração do Evangelho, aparece a vida comunitária e o compromisso com os outros. O conteúdo do primeiro anúncio tem uma repercussão moral imediata, cujo centro é a caridade” (EG 177). E é, então, justamente baseada na mensagem social do Evangelho que a Igreja desenvolve uma dupla tarefa

6 Temos ciência de que outras abordagens são possíveis para o objeto aqui estudado, bem como maiores problematizações histórico-contextuais podem ser evocadas. Existem, inclusive, disputas por significados, hermenêuticas e exegeses no interior da própria Igreja. Aqui optamos, contudo, por uma descrição a partir da própria ótica eclesial. Novas leituras e pesquisas serão bem-vindas e necessárias posteriormente.

7 EN = *Evangelii Nuntiandi*.

8 PP = *Populorum progressio*.

9 Elvis Rezende MESSIAS; Dom Pedro Cunha CRUZ. *O Evangelho Social: manual básico de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulus, 2020.

10 Frei Carlos JOSAPHAT. *Evangelho e revolução social*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002. p.74.

11 FRANCISCO. Prefácio. In: DOCAT. *Como agir?* São Paulo: Paulus, 2016a. p.12.

12 GS = *Gaudium et spes*.

pastoral: 1) “ajudar os homens a descobrir a verdade e escolher a via a seguir”; 2) “encorajar o esforço dos cristãos em testemunhar o Evangelho no campo social” (CDSI 525).

Assim, segundo o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (CDSI 526), a pastoral social deve:

- anunciar o Evangelho;
- confrontar a mensagem evangélica com a realidade social;
- projetar ações voltadas a renovar a realidade social.

Desse modo, sua fundamentação e atuação são eminentemente evangélicas e teológicas. De fato, antes do seu agir *social* vem sua identidade *pastoral*. É daí que se sustenta sua prática e encontram seus agentes as inspirações basilares para seus planejamentos, organizações, avaliações e celebrações.

Segundo expressa a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no texto *A missão da pastoral social* (MPS), de 2008, cada organismo, setor, comissão e pastoral social – que são várias – têm um profundo sentido de ser, de fato, “pastoral”. Com o intuito de “formar pessoas/Igrejas/comunidades ‘samaritanas’ prontas para socorrerem os necessitados”, desde o princípio, no Brasil, por exemplo, esses trabalhos

[...] eram plenamente “pastorais”, no sentido de serem parte de uma dimensão essencial e irrenunciável da missão da Igreja de Jesus, e por desejarem, mesmo incomodando profeticamente, que todas as comunidades/Igrejas estivessem despertadas e organizadas para viver esse aspecto da missão.¹³

A título, então, de indicações e pistas de ação inspiradas na Doutrina Social da Igreja e na dimensão sociotransformadora da ação pastoral da Igreja no Brasil¹⁴, podemos elencar alguns tópicos iluminadores para a atuação das diversas pastorais sociais católicas. Destaca-se que elas podem:

- contribuir para a transformação dos corações e das estruturas da sociedade à luz do Reino de Deus e do projeto de construção da Civilização do Amor;
- concretizar atividades que viabilizem a transformação de situações específicas (mundo do trabalho, realidade das ruas, mobilidade humana, presídios, marginalização da mulher, negros, pescadores, indígenas, múltiplos rostos sofredores);
- ser presença (testemunho) junto aos setores mais marginalizados da população;
- ser alerta (denúncia e anúncio) à Igreja e à sociedade civil sobre a existência desses submundos;
- ser ação (serviço) que multiplica atividades de conscientização, organização e transformação, e que levem à conversão;
- ser articulação fraterna (diálogo) com outros setores e instituições em vista do bem comum;
- reconhecer que o mundo é lugar teológico (Deus nos fala, interpela, encontra e chama em todas as circunstâncias);
- identificar os rostos sofredores que nos interpelam (categorias marginalizadas, subalternizadas e/ou situações sociais de extrema carência)¹⁵;

13 CNBB. *A missão da pastoral social*, número 2, p. 20.

14 Sobre ver as inúmeras indicações da CNBB, disponíveis em: https://www.cnbb.org.br/acao_transformadora/. Acesso em 07 set. 2022.

15 Acerca dos rostos sofredores, o Documento de Aparecida, justamente em uma seção na qual trata de *Uma renovada pastoral social para a promoção humana integral*, considera que em nosso atual contexto globalizado emergem-se muitos “novos rostos pobres” e, em sintonia com as anteriores Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, oferece uma lista desses rostos interpeladores hoje (DAp 402): migrantes, vítimas de violência, deslocados e refugiados, vítimas do tráfico de pessoas e sequestros, desaparecidos, enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, tóxico-dependentes, idosos, meninos e meninas vítimas da prostituição, pornografia e violência ou do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas de exclusão e do tráfico para a exploração sexual,

- estimular o protagonismo das pessoas atendidas pastoralmente na luta e conquista de seus próprios direitos, no trabalho de fazer com que suas vozes sejam ouvidas, reconhecidas e respeitadas na sociedade como um todo e na Igreja especificamente;
- tomar consciência constante da realidade local (que seja sensível e gere um processo de organização e mobilização);
- fortalecer equipes de base para que possam acompanhar de perto e sistematicamente as situações específicas;
- discernir e desenvolver atividades e redes de apoio e solidariedade, num trabalho gradativo e persistente;
- integrar todas as pastorais sociais da paróquia/diocese/regional, em diálogo com os corpos intermédios da sociedade civil organizada;
- conhecer e difundir a Doutrina Social da Igreja e deixar-se guiar por ela em todos os seus processos e percursos;
- defender e promover a dignidade integral da pessoa humana como princípio primaz, difundindo a cultura da vida e combatendo as múltiplas expressões de cultura de morte;
- resgatar o sentido original da política, da economia e da sociedade como um todo;
- despertar a consciência crítica frente à realidade político-social do entorno;
- mobilizar a comunidade no conhecimento e na busca de seus direitos e deveres;
- estimular o exercício da cidadania e o surgimento de lideranças engajadas e democráticas;
- impregnar a própria organização pastoral de processos democráticos e, especialmente, sinodais;
- acompanhar, oferecer apoio e fiscalizar os trabalhos dos diversos agentes sociais, especialmente daqueles politicamente eleitos;
- atuar junto à comunidade para discutir problemas locais;
- promover encontros de estudo dos projetos políticos, emendas de leis, políticas públicas etc., avaliando suas motivações e impactos à luz da Doutrina Social da Igreja, Evangelho Social de Jesus Cristo;
- promover encontros para reflexão e construção coletiva de ações sobre as diversas questões de interesse público (educação, saúde, moradia, desenvolvimento econômico, ecologia...);
- articular-se com outras pastorais, como, por exemplo, à Pastoral da Comunicação, para um trabalho de difusão e promoção de informações necessárias à saúde sócio-político-econômica da comunidade e ao sistemático combate de informações falsas¹⁶;
- aproveitar as diversas datas de mobilização social previstas no calendário civil, bem como dos santos e das santas da Igreja, que contribuem para a reflexão cristã na dimensão sócio-político-econômica;
- buscar constante assessoria teológica, política e filosófica (ciências humanas) para o fortalecimento dos alicerces da pastoral social.

peças com capacidades diferentes, grandes grupos de desempregados/as, os excluídos pelo analfabetismo tecnológico, as pessoas que vivem na rua das grandes cidades, os indígenas e afro-americanos, agricultores sem-terra e os mineiros (lembrando que o DAp é do ano de 2007 e, desse modo, talvez outros novos “rostos” precisem, infelizmente, ser acrescentados a essa lista). E o *Documento* conclui esse número com a seguinte afirmativa: “A Igreja, com sua Pastoral Social, deve dar acolhida e acompanhar essas pessoas excluídas nas respectivas esferas” (DAp 402).

16 Sobre as singulares ameaças que merecem nossa atenção atualmente, os bispos brasileiros reunidos em Assembleia Geral em abril de 2022, alertaram sobre “a disseminação das *fake news*, que através da mentira e do ódio, falseia a realidade. Carregando em si o perigoso potencial de manipular consciências, elas modificam a vontade popular, afrontam a democracia e viabilizam, fraudulentamente, projetos orquestrados de poder” (CNBB, 2022, s.p).

A esses destaques, muitos outros poderiam ser acrescentados. Contudo, pelo que se fundamentou até aqui, uma tarefa essencial da ação pastoral social é, por fim, reunir-se para avaliar e celebrar frequentemente, vivendo uma espiritualidade cristã integral. Não se pode esquecer que, enquanto definida como uma atividade “pastoral”, ela nasce do encontro com o Bom Pastor. Tal como alertaram os bispos no *Documento de Aparecida*, “a missão não se limita a um programa ou projeto, mas é compartilhar a experiência do acontecimento do encontro com Cristo, testemunhá-lo e anunciá-lo de pessoa a pessoa, de comunidade a comunidade e da Igreja a todos os confins do mundo” (DAp 145).

2 NASCIMENTO E IDENTIDADE DA PASTORAL OPERÁRIA NO BRASIL

Em se tratando especificamente do contexto brasileiro, as Pastorais Sociais “nasceram na década de 70 do século passado, por um motivo muito claro: a insuficiência das mediações de trabalho social na Igreja Católica para dar conta, na época, dos novos problemas que atingiam amplos setores da sociedade brasileira”.¹⁷ Eram tempos árdus de ditadura civil-militar e do cínico processo de integração de diversas regiões – em especial a região amazônica – à ideologia do “progresso nacional” ou do “milagre econômico”, um processo capitalista e autoritário que “mantinha viva e aprofundava, disfarçada sob a linguagem modernizadora, a tradicional política colonizadora de usurpação do território brasileiro”, produzindo a ilusão “de que os ditadores estivessem efetivamente introduzindo a modernização e o progresso e impedindo o avanço do comunismo”.¹⁸

Nesse cenário de marcante opressão, de forte exploração do trabalho e de repressão dos movimentos de organização sindical e/ou política, as pastorais sociais nascentes do Brasil, especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foram surgindo marcadamente como “pastorais de fronteiras”¹⁹, como “serviço evangélico de risco”²⁰ como “pastoral de conflito”²¹, tendo nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) um grande berço para o aparecimento de lideranças de movimentos sociais, partidos democráticos, sindicatos e de agentes de pastorais sociais²². Daí que se possa dizer que:

Com a mesma inspiração do CIMI e da CPT, foram surgindo, a partir de 1976, a Pastoral Operária, a Pastoral do Menor, dos Migrantes, da Mulher Marginalizada, a Pastoral Carcerária, o Serviço Pastoral dos Pescadores... Elas propuseram-se a ser parteiras, no sentido de ajudar a nascer, o protagonismo destas pessoas e classes com direitos e existência negados, apostando na força de sua organização e luta política e na experiência histórica da ressurreição. Evitaram, para isso, transformar-se em “movimentos sociais” e agir em nome ou representando os empobrecidos como um serviço da Igreja.²³

Considerando, então, a Pastoral Operária de modo mais dedicado, pode-se dizer que ela tem como data de nascimento no Brasil o ano de 1970. Naquele ano, mais especificamente no dia 18 de outubro de 1970, foi celebrada na cidade de São Paulo aquela que ficou conhecida como a *Missa pelo salário justo*, presidida pelo cardeal Agnelo Rossi, à época arcebispo de São Paulo. Segundo explicita Rodrigues citando “Waldemar Rossi, um dos fundadores da Pastoral Operária”, naquele ano, aproximadamente oito sindicatos se

17 CNBB. *A missão da pastoral social*, número 2, p.13.

18 CNBB. *A missão da pastoral social*, número 2, p.14.

19 CNBB. *A missão da pastoral social*, número 2, p. 15.

20 CNBB. *A missão da pastoral social*, número 2, p. 18.

21 CNBB. *A missão da pastoral social*, número 2, p. 32.

22 CNBB. *A missão da pastoral social*, número 2, p. 33.

23 CNBB. *A missão da pastoral social*, número 2, p.18.

uniram em luta contra “o arrocho salarial”, de tal forma que ele sugeriu “a ‘Missa do Salário Justo’. O cardeal (Agnelo Rossi) fez questão de celebrar a missa e, naturalmente, ficou então instituída a Pastoral Operária naquele dia”.²⁴

Criada, então, há quase 52 anos, primeiramente na Arquidiocese de São Paulo, e, depois, nacionalmente em 1976²⁵, a PO nutre especial atenção às questões que envolvem o trabalho humano, sobretudo no âmbito urbano, lidando com situações como direitos trabalhistas, acidentes e doenças de trabalho, campanhas de formação para o conhecimento da legislação trabalhista, economia solidária, união de trabalhadores, segurança e saúde no trabalho, na perspectiva de uma espiritualidade integral do trabalho.

Engajada social e eclesialmente, a PO no Brasil pode ser identificada a partir dos seguintes tópicos²⁶:

1) A PO é uma pastoral social que se coloca a serviço da classe trabalhadora urbana, como uma pastoral organizada, composta e dirigida por trabalhadores(as). Ou seja, é uma pastoral preocupada com a incidência social do Evangelho e possui uma estruturação marcada pelo protagonismo dos cristãos leigos e leigas. Esse protagonismo, contudo, não é sinônimo de exclusivismo, pois a PO no Brasil faz parte das Pastorais Sociais da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB.

2) Como tal, a PO procura ser espaço para reflexão da vida da pessoa trabalhadora à luz da Sagrada Escritura e da DSI. Sua orientação é marcadamente cristã, procurando oferecer uma resposta social que seja, de fato, pastoral, compreendendo que o Evangelho da Salvação não é alheio às injustiças sociais concretas de cada tempo histórico.

3) Nesse sentido, a PO autocompreende-se como intrinsecamente missionária, identificando sua própria missão no sentido de atuar como presença da Igreja junto à classe trabalhadora e da presença da classe trabalhadora junto à Igreja. Assim como a sociedade e os trabalhadores devem abrir-se à presença orientadora da Igreja, também a Igreja deve abrir-se à presença interpeladora da sociedade e dos trabalhadores.

4) Donde vem, então, aquele que é o compromisso especial da PO: agir *com* o povo, resgatando a cidadania plena de trabalhadores formais, informais e desempregados, tendo o trabalho como chave para construção de uma sociedade justa e solidária.

Deste quarto ponto, duas coisas merecem destaque ainda:

Em primeiro lugar, a Igreja como um todo não trabalha *para* o povo nem simplesmente *em favor dele*, mas que *age com ele*, com os pobres, porque ela é *povo de Deus em caminho e em comunhão*, porque ela é *dos* pobres, ou, melhor dizendo, *ela mesma é pobre*, ou seja, sempre necessitada da solicitude compassiva do Bom Pastor.²⁷ E, nunca é demais lembrar, não se trata aqui de desejar, em última instância, uma sociedade do poder proletário de inspiração marxista, como refletiu Francisco quando interpelado em 2016 por Eugenio Scalfari, do jornal *La Repubblica*²⁸. Naquela ocasião, disse o Papa que, se houver alguma semelhança entre as duas coisas, na verdade a prerrogativa do cuidado libertador para com os pobres, que os vê e os torna sujeitos de sua própria formação, é do cristianismo, e não do marxismo. Expressou Francisco que, nesse caso,

24 Cátia Regina RODRIGUES. D. Paulo Evaristo Arns e as pastorais sociais. *Projeto História*, São Paulo, n. 37, p. 319-328, dez. 2008, p. 320.

25 Ver histórico em: <https://pastoraloperaria.org.br/>. Acesso em: 07 set. 2022.

26 Optamos aqui por uma apresentação de cunho didático. Estas e outras informações podem ser consultadas em Pastoral operária. *Quem somos?* Disponível em: <https://pastoraloperaria.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 07 set. 2022.

27 Elvis Rezende MESSIAS. A pastoral deve voltar a Jesus: inspirações e provocações a partir da obra de J. A. Pagola. *Annales FAJE*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 40-50, 2021b.

28 A entrevista de Scalfari com Francisco foi em novembro de 2016 e o seu texto completo está disponível em: https://www.repubblica.it/vaticano/2016/11/11/news/scalfari_papa_francisco_trump_no_lo_juzgo-151826657/. Acesso em: 07 set. 2022.

[...] são os comunistas os que pensam como os cristãos. Cristo falou de uma sociedade onde os pobres, os frágeis e os excluídos sejam os que decidam. Não os demagogos, mas o povo, os pobres, os que têm fé em Deus ou não, mas são eles a quem temos que ajudar a obter a igualdade e a liberdade²⁹ (Tradução nossa).

Em segundo lugar, destaca-se a compreensão da sociedade em chave laboral. Essa é uma das contribuições fundamentais da Encíclica *Laborem exercens* (LE), de João Paulo II, em leitura atualizada da *Rerum novarum*. O documento do papa polonês versa sobre o trabalho humano, reconhecendo sua centralidade na vida das pessoas e declarando-o como a chave de toda a “questão social” (LE 3).

Em síntese, não se constrói uma sociedade justa e solidária sem a dignidade concreta da pessoa trabalhadora em seus trabalhos concretos. Daí a singular importância da existência de uma pastoral social que tome a realidade operária como objeto especial de sua ação missionária.

3 ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO GERAL E PRIORIDADES DA PASTORAL OPERÁRIA NO BRASIL

Pelo que se expôs até aqui, pode-se compreender que as *áreas de atuação* da PO são abrangentes, envolvendo o âmbito eclesial, mas também as realidades da organização dos trabalhadores e da organização sociopolítica e econômica como um todo. Os trabalhos pastorais desenvolvidos envolvem formação eclesial, conhecimento da DSI e também a interpelação para a ação pastoral organizada, envolvendo, por consequência, campanhas, movimentos de reivindicação e diálogo com gestores políticos, projetos de lei de iniciativa popular etc.

Um dos destaques, nesse sentido, são os chamados *grupos de economia popular solidária* (GEPS), que são criados e acompanhados pela PO para integrar os *Grupos de Base* nas paróquias e cidades. Os GEPS “são coletivos de geração de trabalho e renda (cooperativas e outros empreendimentos), em todo Brasil. A PO promove a formação e organização dos grupos, a partir dos princípios de autogestão, solidariedade, justiça”.³⁰

Tal perspectiva é importante para vencer três coisas:

1) o *individualismo*, pois não se luta sozinho, isoladamente nem pensando somente nos “meus problemas”, dado que eles possuem tanto incidência quanto certa decorrência histórico-social;

2) o *fatalismo*, pois a solidariedade fraterna ajuda a compreender que as coisas podem mudar, que os problemas de injustiça sistêmica que passamos não são “vontade de Deus”;

3) o *espontaneísmo*, pois a luta por melhores condições de vida e de trabalho não se faz por mero impulso, mas iluminada pela Palavra de Deus, orientada pelo Magistério Social católico e organizada comunitariamente, dificultando que as justas reivindicações dos trabalhadores sejam cooptadas por ideologias, sejam elas de direita, esquerda, centro etc.

Daí que se destaca, então, a organização da própria PO em diversos níveis, possibilitando maior consistência no trabalho/missão que ela pretende desenvolver. Têm-se os seguintes *níveis de organização*:

29 “[...] son los comunistas los que piensan como los cristianos. Cristo habló de una sociedad donde fueran los pobres, los débiles, los marginados, quienes decidieran. No los demagogos, no los Barrabás, sino el pueblo, los pobres, independientemente de que tengan o no fe en el Dios trascendente, es a ellos a los que debemos ayudar para que logren la igualdad y la libertad”. (FRANCISCO. Entrevista concedida a Eugénio Scalfari. *La Repubblica*. 11 nov. 2016b. Disponível em: https://www.repubblica.it/vaticano/2016/11/11/news/scalfari_papa_francisco_trump_no_lo_juzgo-151826657/. Acesso em: 07 set. 2022.

30 CNBB. *A missão da pastoral social*, número 2, p. 36-37.

• *Grupos de base*: compostos pelos trabalhadores em suas realidades. É neles que a ação concreta nas especificidades dos trabalhadores acontece. Ali ocorrem reuniões sobre a realidade do dia a dia, uma especial vivência da espiritualidade do trabalho, celebrações da vida e da luta do povo, encontros de reflexão, formações e articulações sobre vários temas pertinentes à atuação da PO³¹.

• *Coordenação Diocesana*: formada por representantes dos Grupos de Base.

• *Coordenação Estadual*: formada por representantes das dioceses e pelos coordenadores/liberados estaduais.

• *Articulação Norte/Nordeste e Sul/Sudeste*.

• *Colegiado Nacional*: instância geral de direção da PO, com estrutura regimental de oito membros: 5 trabalhadores leigos (daí saindo as duas pessoas coordenadoras), um padre, uma religiosa e o bispo referencial da CNBB³².

A última coordenação nacional, que atuou até março de 2022³³, procurou, assim, um trabalho de reorganização interna da PO, tendo em vista que em muitas dioceses do Brasil ela encontra-se sem atuação. Para tanto, a equipe elencou duas frentes de prioridades, como se pode ver a seguir³⁴.

Prioridade 1: Formação. O objetivo aqui é

[...] contribuir para a formação de trabalhadoras e trabalhadores, no que se refere a organização, mobilização, direitos, políticas públicas, espiritualidade, bíblia, Ensino Social da Igreja, comunicação, mundo do trabalho em geral para o desenvolvimento de uma consciência cristã cidadã de defesa e garantia de direitos de trabalhadoras e trabalhadores.³⁵

As realizações que foram previstas para essa primeira prioridade são:

• Realização 1: produzir subsídios de formação em níveis [grupo de base/diocese – estadual/regional – nacional] a partir das áreas de atuação da PO [eclesial – organização da classe trabalhadora – social – político – economia popular solidária].

• Realização 2: realizar processo formação [rodas de conversa – cursos – seminários] em níveis [grupo de base/diocese (para novos grupos, jovens e para militantes) – estadual/regional – nacional] com os subsídios produzidos.

• Realização 3: acompanhar [monitoramento, avaliação e sistematização] com sistematização da realização das rodas de conversas, cursos e seminários.

• Realização 4: celebrar os 50 anos da PO [ocorridos 2020].

Prioridade 2: Comunicação. O objetivo aqui é, sinteticamente, melhorar a comunicação da PO a serviço da Classe Trabalhadora. As realizações que foram previstas são:

31 Sobre a organização e funcionamento dos Grupos de Base, ver a cartilha disponível em: https://pastoraloperaria.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Ebook_Grupos_Base_PO.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

32 Até março de 2022 a equipe estava composta pelas seguintes pessoas: Jardel Neves Lopes (trabalhador coordenador), Mônica Helena de Andrade Fidelis (trabalhadora coordenadora), Osmarina Oliveira (trabalhadora articuladora regional Sudeste), Iguaracira Fidelis Maia (trabalhadora articuladora regional Nordeste), Luzarina Varela (trabalhadora articuladora regional Norte), Alessandra Lazzari (trabalhadora articuladora regional Sul), Pe. Miguel Pipolo (Assessor Eclesiástico) e Dom José Reginaldo Andrietta (bispo referencial da CNBB para a Pastoral Operária).

33 Uma nova equipe foi eleita a partir da última Assembleia Nacional, ocorrida entre 11 e 13 de março de 2022. Está agora composta por: Marina Oliveira e Marcos Moura (trabalhadores coordenadores - liberação), Alessandra Lazzari (trabalhadora articuladora regional Sul), Gilmar Ortiz (trabalhador articulador regional Sudeste), Lucia Ângelo (trabalhadora articuladora regional Nordeste), Luzarina Varela (trabalhadora articuladora regional Norte). O assessor eclesial ainda está a definir e Dom José Reginaldo Andrietta segue sendo o bispo referencial da CNBB para a Pastoral Operária. Informações disponíveis em: <https://pastoraloperaria.org.br/2022/03/17/sintese-geral-da-20a-assembleia-nacional-da-po/>. Acesso em: 07 set. 2022.

34 Disponível em: <https://pastoraloperaria.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 07 set. 2022.

35 PASTORAL OPERÁRIA 2022. *Quem somos?* Disponível em: <https://pastoraloperaria.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 07 set. 2022.

- Realização 1: produzir cartilha de formação sobre comunicação, com conteúdo introdutórios, formas de linguagens da comunicação, instrumentalização e orientações sobre a comunicação na PO.
- Realização 2: realizar oficina de comunicação com representantes estaduais/regionais para auxiliar no envio de informações da equipe nacional e estadual para as bases e das bases para as equipes estadual e nacional.
- Realização 3: promover intercâmbio de informações entre as experiências dos grupos de PO pelo Brasil.
- Realização 4: melhorar as mídias sociais da PO: refazer o site.
- Realização 5: atualizar e republicar subsídios de formação uteis para a formação da base da PO: (i) Grupos de Base, (ii) PO como e para quê, (iii) Igreja e os Trabalhadores (coleção).

A organização, (re)estruturação e elenco de prioridades e caminhos a serem trilhados mostram uma pastoral em perene movimento e vitalidade, atenta às interpelações do contexto operário atual. De fato, os desafios são muitos, pois a realidade laboral na atual conjuntura nacional inspira muitos cuidados e ação pastoral profética, bem organizada e coerentemente fundamentada nos princípios e critérios da Doutrina Social da Igreja.

4 MOVIMENTAÇÕES E CAMPANHAS DA PASTORAL OPERÁRIA NO BRASIL

Destacamos, dentre outras, três movimentações/campanhas bastante conhecidas da PO no Brasil e que auxiliam os grupos de base e dioceses a se inspirarem e se articularem em torno de suas próprias demandas locais/regionais.

Uma movimentação fundamental é a *Assembleia Nacional* da PO, ocorrida anualmente, preparada ao longo de vários meses, com articulações e encontros em níveis diocesanos e estaduais, à luz de um texto-base preparado previamente. A última edição ocorreu entre 11 a 13 de março de 2022, de forma virtual³⁶, sob o tema “A organização e a luta da classe trabalhadora por condições dignas de trabalho e vida”. O lema foi “Sejam fortes e corajosos” (Dt 31,6)³⁷.

Outra movimentação bastante conhecida e presente em várias dioceses do Brasil é o *Grito dos(as) excluídos(as)*. Esse encontro geralmente ocorre no dia 07 de setembro de cada ano, envolvendo diversas Pastorais Sociais das dioceses e/ou paróquias, e não somente a PO. A edição de 2022 insere-se no contexto dos 200 anos da (in)dependência do Brasil e teve como tema “Vida em primeiro lugar”. O seu lema, consideravelmente provocativo/reflexivo, foi: “Brasil, 200 anos de (in)dependência. Para quem?”.

Por fim, destaca-se também a chamada *Campanha “Acidente de trabalho não é culpa da vítima”*. Com duração temática de um ano, ocorrida de 28 de abril de um ano ao outro, essa data foi escolhida pelo fato da Organização Internacional do Trabalho (OIT - ONU) ter instituído, em 2003, a data de 28 de abril como o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho. O tema escolhido para a última Campanha concluída (2021-2022) foi “Covid19 é doença do trabalho”. Isso se deu porque se compreende que a pandemia se relaciona diretamente com a realidade laboral, pois muitas pessoas adquirem-na ou no ambiente onde trabalham ou no trajeto para ele, equiparando-se por lei ao acidente de trabalho. Desse modo, essa Campanha visou conscientizar a sociedade para o fato de que as pessoas acometidas por Covid-19 devem ter os direitos e deveres trabalhistas e previdenciários

36 Uma síntese sobre o que ocorreu encontra-se disponível em: <https://pastoraloperaria.org.br/2022/03/17/sintese-geral-da-20a-assembleia-nacional-da-po/>. Acesso em: 07 set. 2022.

37 O Texto-base da edição encontra-se disponível em: https://pastoraloperaria.org.br/wp-content/uploads/2021/11/PO_Texto-base_20a-Assembleia-Nacional.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

garantidos e aplicados como qualquer outro acidente ou doença do trabalho³⁸. A atual Campanha, finalmente, tem como tema “Atuemos juntos!” e foi lançada em 28 de abril na sede do Regional Sul 1 da CNBB. Segundo expresso pela própria PO, acerca da Campanha em vigor e sua temática,

trabalho digno é direito de todos e todas e reflete a importância da união entre todas as categorias de trabalhadores/as, sejam formais ou informais para o desenvolvimento de uma gestão segura em Segurança e Saúde no Trabalho para a redução da ocorrência de doenças e acidentes do trabalho. A campanha aborda também a campanha da Fraternidade de 2022 (Fraternidade e Educação) e a importância da formação e capacitação dos trabalhadores e trabalhadoras³⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que se pode expor ao longo deste artigo, a PO se revela como uma pastoral social fundamental. Necessitando de novo ardor em diversas dioceses e regiões do Brasil, ela tem procurado se reestruturar e tem desenvolvido um consistente trabalho em tantos outros lugares do país⁴⁰.

Diversos subsídios formativos encontram-se disponíveis no site da PO e, no âmbito da CNBB, o Regional Sul I parece estar desenvolvendo um trabalho mais sistemático, com uma comunicação mais atuante. As redes sociais da PO têm divulgado diversas movimentações recentemente, em especial no contexto dos preparativos e sínteses da Assembleia Nacional em várias dioceses e Estados e do Grito dos(das) excluídos(excluídas). Isso é um importante sinal da perene e também atual vitalidade dessa pastoral social da Igreja no Brasil.

A fundamentação teológica das Pastorais Sociais é indiscutível, como se pode ver à luz da Doutrina Social da Igreja, do mistério trinitário e da encarnação de Jesus. Como bem expressa a CNBB (2008), “inserida nas situações concretas da sociedade humana e vivendo o mistério da encarnação, a Igreja sente-se solidária com toda a humanidade e com sua história. A missão das Pastorais Sociais é, igualmente, evangelizar encarnando-se”.⁴¹

Desse modo, a articulação e atuação da PO como uma pastoral social específica se faz sempre mais necessária e bem-vinda. Como explicou o Papa Francisco (2017, s/p), “sempre houve uma amizade entre a Igreja e o trabalho, a partir de Jesus trabalhador. Onde houver um trabalhador, ali estarão o interesse e o olhar de amor do Senhor e da Igreja”. E a isso se acrescenta o que afirma a CNBB em suas atuais diretrizes para a ação evangelizadora no Brasil: “A solidariedade com quem sofre as consequências do desemprego e do trabalho precário é, pois, uma expressão importante de caridade, devendo se manifestar pela atuação organizada dos cristãos leigos e leigas”⁴²

Diante de tais considerações, por fim, destaca-se a importância das pastorais sociais na Igreja, como é o caso específico da Pastoral Operária, fazendo-se ainda mais iluminadoras as palavras do profeta, que diz: “Administrai a justiça e livrai o explorado da mão do opressor” (Jr 21,12).

38 Sobre essa Campanha, consultar: <https://cnbbsul1.org.br/32847-2/>. Acesso em 07 set. 2022.

39 Disponível em: <https://pastoraloperaria.org.br/2022/04/25/https-pastoraloperaria-org-br-2022-04-25-campanha-contra-ntes-de-trabalho/>. Acesso em: 07 set. 2022.

40 Segundo consta no item PO no Brasil do site da Pastoral Operária, ela está presente em pelo menos 15 Estados do país. Disponível em: <https://pastoraloperaria.org.br/>. Acesso em: 07 set. 2022.

41 CNBB. *A missão da pastoral social*, número 2, p. 36-37.

42 CNBB. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil: 2019-2023*, n.106.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CELAM. *Documento de Aparecida: V Conferência Geral do Episcopado latino-americano e Caribe*. São Paulo: Paulus, 2007.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *A missão da pastoral social: número 2*. Coordenação da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Brasília: Edições CNBB, 2008.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Bíblia Sagrada*. Tradução Oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil: 2019-2023*. Documento 109. Brasília: Edições CNBB, 2019.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Mensagem ao povo brasileiro: 59ª Assembleia Geral da CNBB*. 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/mensagem-povo-brasileiro-fe-esperanca-compromisso-vida-brasil/>. Acesso em: 07 set. 2022.
- FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*: exortação apostólica sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. 24 nov. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 07 set. 2022.
- FRANCISCO. Prefácio. In: DOCAT. *Como agir?* São Paulo: Paulus, 2016a.
- FRANCISCO. Entrevista concedida a Eugênio Scalfari. *La Repubblica*. 11 nov. 2016b. Disponível em: https://www.repubblica.it/vaticano/2016/11/11/news/scalfari_papa_francesco_trump_no_lo_juzgo-151826657/. Acesso em: 07 set. 2022.
- FRANCISCO. *Visita pastoral do papa Francisco a Gênova*. Encontro com o mundo do trabalho. Discurso do Santo Padre. 27 maio 2017. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/may/documents/papa-francesco_20170527_lavoratori-genova.html. Acesso em: 07 set. 2022.
- JOÃO PAULO II. *Laborem exercens*: carta encíclica sobre o trabalho humano, no 90º aniversário da *Rerum novarum*. 14 set. 1981. Petrópolis: Vozes, 1981. (Documentos pontifícios)
- JOSAPHAT, Frei Carlos. *Evangelho e revolução social*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- LEÃO XIII. *Rerum novarum*: carta encíclica sobre a condição dos operários. 15 de maio de 1981. 10. ed. São Paulo: Paulinas, 1965. (Voz do Papa)
- MESSIAS, Elvis Rezende. *130 anos da Rerum novarum: uma encíclica sempre atual, um tesouro a redescobrir*. 14 maio 2021a. Disponível em: <http://www.diocesedacampanha.org.br/portal/index.php/noticias/noticias-arquivo/2129-130-anos-da-rerum-novarum-uma-enciclica-sempre-atual-um-tesouro-a-redescobrir>. Acesso em: 07 nov. 2022.
- MESSIAS, Elvis Rezende. A pastoral deve voltar a Jesus: inspirações e provocações a partir da obra de J. A. Pagola. *Annales FAJE*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 40-50, 2021b.
- MESSIAS, Elvis Rezende. CRUZ, Dom Pedro Cunha. *O Evangelho Social: manual básico de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulus, 2020.
- PASTORAL OPERÁRIA. 2022. *Quem somos?* Disponível em: <https://pastoraloperaria.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 07 set. 2022.
- PAULO VI. *Populorum progressio*: carta encíclica sobre o desenvolvimento dos povos. 26 mar. 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 07 set. 2022.
- PAULO VI. *Evangelii nuntiandi*: carta encíclica sobre a evangelização no mundo contemporâneo (8 dez. 1975). Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html. Acesso em: 07 set. 2022.
- PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005.
- RODRIGUES, Cátia Regina. D. Paulo Evaristo Arns e as pastorais sociais. *Projeto História*, São Paulo, n. 37, p. 319-328, dez. 2008.
- SANTA SÉ. *Catecismo da Igreja Católica*. Edição típica vaticana. São Paulo: Loyola, 2000.

SANTA SÉ. *Gaudium et spes*: constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje. In: SANTA SÉ. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2001. (Clássicos de bolso).

SOUZA, Ney de. Aspectos das raízes da Doutrina Social da Igreja. In: ZACHARIAS, Ronaldo; MANZINI, Rosana (Orgs.). *Magistério e Doutrina Social da Igreja*: continuidade e desafios. São Paulo: Paulinas, 2016.